

Bibliografia comentada sobre educação, pobreza e desigualdade social

Natalia de Souza Duarte

Samuel Gabriel de Assis

ABREU, Cesaltina. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia*, Ramada, Portugal, n. 9, p. 93-111, 2012. Disponível em: <<https://ras.revues.org/440>>.

183

Em busca de resposta à causa da prevalência da pobreza, o trabalho começa por localizar historicamente a origem desta como privação de capacidades, sendo o resultado da transformação de desigualdades naturais em desigualdades de capacidades e oportunidades, e na sua reprodução até a atualidade, em que uma porção significativa da humanidade – a esquecida do desenvolvimento – se encontra nessa categoria econômica, principalmente na África e na Ásia. As análises e recomendações de quase dois séculos atrás – por exemplo, *Mémoire sur le paupérisme* (1835), de Tocqueville, que formula o conceito de “pobreza relativa”, tal como é entendida nos dias de hoje – e as estratégias contemporâneas bem-sucedidas evidenciam os ingredientes ausentes nas malsucedidas: vontade política dos governos e respaldo no sentido ético e de justiça social, traduzido na inclusão dos pobres em todo o processo. O problema não é novo, como não são novas as propostas para sua eliminação; o que prevaleceu ao longo do tempo foi a indiferença e o descaso da parte privilegiada da humanidade relativamente à parte desfavorecida.

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Faperj; Lamparina, 2009. 352 p.

Fruto de tese de doutorado, o livro denuncia a forma contraditória como ocorreu a ampliação de vagas na educação básica no Brasil ao longo dos anos de 1990. Segundo a autora, a “expansão” da escola pública deu-se, fundamentalmente, por meio da reorganização do espaço/tempo escolar. Com base na lógica reducionista de que a escola é sala de aula, aluno e professor, as principais estratégias utilizadas foram: diminuição de horas nos turnos (já) parciais; criação de turnos compactados (“turno da fome”); aumento do número de estudantes nas turmas; e aproveitamento e transformação de qualquer espaço escolar em sala de aula. Articula-se à análise a constatação de que essa ampliação trouxe novas funções ao espaço escolar. Assim, a escola passa a ser responsável pela negociação e mediação da relação do Estado com a pobreza, mediante a administração de programas que acabam exigindo da instituição novas funções em detrimento dos aspectos fundamentais da educação. O resultado é uma política educacional que possibilita ao Estado dissimular suas ausências sobrecarregando a escola com oferta de serviços muitas vezes simbólicos e sem efetividade na garantia de direitos, o que agrava o quadro já negativo de serviços educacionais de baixa qualidade da escola pública.

ALVES, Thiago; PASSADOR, Claudia Souza. *Educação pública no Brasil: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes; Inep, 2011. 210 p.

184

A relação estabelecida entre a origem socioeconômica dos estudantes, as condições da oferta de ensino das escolas e os resultados educacionais medidos por testes padronizados de larga escala é o ponto de partida do livro para a proposta de um método de avaliação do desempenho das redes públicas de educação básica. Para além da proposta de um método, é realizada por meio deste a avaliação, em forma de estudo de caso, da rede estadual de Goiás. O estudo de caso identificou tanto questões que envolvem a rede pública de educação de Goiás quanto os pontos significativos da utilização do método e os pontos a serem revistos e repensados no intuito de aperfeiçoá-lo.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. 272 p.

O livro é resultado de pesquisas realizadas em escolas públicas de Belo Horizonte, Minas Gerais, para subsidiar sua reflexão crítica acerca da relação entre desigualdade e desempenho escolar. Investigando 24 escolas por meio de diferentes aproximações e instrumentos, a autora analisa os dados com métodos quantitativos e qualitativos para se aproximar de seu objeto. Com base em densa fundamentação teórica, à qual, além dos clássicos da sociologia, apõe novos teóricos, Barbosa desenvolve a área da sociologia da educação, rompendo com o determinismo econômico das correntes reprodutivistas. Mesmo reconhecendo o impacto das condições socioeconômicas e do capital social das famílias, defende que o

funcionamento administrativo e pedagógico da escola e, especialmente, a dinâmica da sala de aula podem reduzir o efeito das condições de classe no desempenho dos estudantes.

CASASSUS, Juan. *A escola e a desigualdade*. 2. ed. Brasília: Unesco; LiberLivro, 2007. 201 p.

Uma pesquisa comparada com base na proficiência dos estudantes em linguagem e matemática de 16 países da América Latina – incluso o Brasil – foi realizada pelo autor. Ele partiu da tese de que as desigualdades de renda têm impacto no desempenho escolar, mas que este é multideterminado. Investigando os condicionantes desse impacto, Cassasus lista uma série de variáveis que influenciam o desempenho dos estudantes: *status* sociocultural da família, condições socioeconômicas e culturais, etc. Depois de análise detalhada dos resultados, o autor faz uma relação das características materiais e imateriais das escolas que podem reduzir o impacto do contexto socioeconômico dos estudantes no desempenho escolar deles. Conclui inovando ao destacar dois aspectos: que na América Latina os fatores intraescolares são tão ou mais importantes que os extraescolares e que o ambiente emocional favorável às aprendizagens é o fator que mais influencia o resultado dos estudantes.

CLEMENTE, Adriana (Comp.). *Territorios urbanos y pobreza persistente*. Buenos Aires: Espacio, 2014. 296 p.

185

A obra é produto de um projeto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e contém 12 textos de 20 autores que discutem sobre *territorios urbanos y pobreza persistente*. Os textos estão distribuídos em quatro partes: 1) *Pobreza y pobreza extrema: su conceptualización*; 2) *La familia pobre como sujeto y objeto de las políticas sociales*; 3) *Pobreza extrema: las privaciones y los padecimientos cotidianos*; 4) *Pobreza extrema: trayectorias y mediaciones*. O livro, levando em conta que todos os artigos estão interligados, tem como objetivo entender a situação de pobreza extrema das famílias e como ocorrem suas necessidades e mobilidades sociais, considerando o estado de bem-estar social e a dependência delas de assistência direta. A pobreza é abordada como uma questão socioestrutural.

COSTA, Patrícia Claudia da. *Das escol(h)as possíveis à carreira do magistério superior federal: condicionantes sociais das trajetórias de docentes oriundos de famílias pobres e sem tradição de longevidade escolar*. 2017. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062017-115933/pt-br.php>>.

Entre 2004 e 2014, a expansão da educação superior brasileira possibilitou o ingresso de maior número de discentes oriundos de famílias pobres e também de

docentes com esse tipo de origem, os quais relacionam as escolas que puderam frequentar com suas escolhas quanto à formação acadêmica e à inserção no mundo do trabalho. Com referencial teórico bourdieusiano, foram coletados dados em fontes documentais e por meio de questionário, observação e entrevista. Do total de 1.427 docentes que compunham o quadro efetivo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em julho de 2014, o questionário foi respondido por 339 de diversas origens e, entre eles, foram entrevistados 31 de origem popular. A análise tem início com a criação da Unifesp, por e para uma parcela da elite paulistana, como Escola Paulista de Medicina, até tornar-se uma universidade multicampi, por força da expansão que visava democratizar seu público. Em seguida, são apresentados os aspectos considerados mais relevantes nas entrevistas. Os condicionantes sociais mais proeminentes são: 1) influência do nível de escolaridade familiar nas formas de adesão ao jogo da escolarização; 2) acesso a diferentes oportunidades de formação escolar; 3) relação entre as restrições materiais sofridas durante a formação básica e a precariedade das estratégias de acúmulo de capital cultural; 4) implicação da formação inicial na escolha da formação universitária; 5) necessidade de recursos materiais para assegurar a vida universitária; 6) convivência acadêmica como impulsora da formação e da carreira; 7) obtenção de bolsa de estágio em nível de pós-doutorado; 8) expansão das universidades federais; 9) configurações específicas das áreas de conhecimento como balizador dos modos de trabalho. Conclui-se que tais condicionantes não podem ser ignorados quando se discute a expansão ou democratização do acesso à educação superior, sobretudo no que diz respeito à assistência estudantil como política de permanência para que os estudantes pobres conquistem a longevidade escolar.

DUARTE, Natalia de Souza. *Política social: um estudo sobre educação e pobreza*. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10909/1/2012_NataliadeSouzaDuarte.pdf>.

Trata-se de uma investigação quantiqualitativa que analisa a relação entre a educação formal e a população em situação de pobreza. O estudo quantitativo aborda o impacto da população em situação de pobreza – identificada como a beneficiária do Programa Bolsa Família – no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da escola e dos sistemas de ensino municipais e estaduais, por meio de análises estatísticas em multiníveis. O estudo qualitativo foi realizado mediante questionário respondido por um terço das escolas públicas do Distrito Federal para averiguar como elas incorporam a população em situação de pobreza na organização de seu trabalho pedagógico. Ficou demonstrado forte impacto da pobreza no Ideb das escolas. Entre as variáveis independentes, além da pobreza, o custo-aluno modera o impacto desta no Ideb. Por sua vez, a pesquisa qualitativa identificou que há avanços na consideração da diversidade na organização do trabalho pedagógico da escola; entretanto, permanecem invisíveis a pobreza e as questões de gênero tanto nos projetos político-pedagógicos como na organização do trabalho pedagógico da escola.

DUBET, François. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008. 120 p.

Apoiado no conceito neoliberal de equidade, o autor defende que a meritocracia, para legitimar as desigualdades, precisa ter algumas condições – se não, é farsa. A principal delas é que haja igualdade de oportunidades, conforme demonstra o autor com base em estudo comparado entre França e Alemanha, o que não ocorre. Outro condicionante importante é que as desigualdades produzidas pelo mérito não sejam degradantes para os desiguais, visto que a escolaridade acarreta e legitima desigualdades socioeconômicas. O livro termina desmistificando a tese liberal da meritocracia e convidando para a transformação da escola no bojo da construção de uma sociedade mais democrática e solidária.

GARCIA, Adir Valdemar. *A pobreza humana: concepções, causas e soluções*. Florianópolis: Editora em Debate, 2012. 435 p.

A obra apresenta inicialmente um panorama sobre a pobreza no feudalismo e no capitalismo. Posteriormente, especifica concepções sobre a pobreza com base em pontos de vista do liberalismo/neoliberalismo e da social-democracia, bem como em uma visão diferenciada do fenômeno a partir de Albert Tévoédjré. Além das concepções de pobreza, o autor retrata as causas e as soluções apontadas, em especial pela social-democracia, afirmando que as proposições realizadas por esta, em relação à pobreza, funcionam como alicerce “ideológico da forma capital”. Como contraponto, expõe a compreensão de pobreza segundo a teoria marxista, declarando que ela não pode ser erradicada no modo de produção capitalista, o que só pode ocorrer em um sistema no qual a produção se volte para a satisfação de necessidades humanas e não para a produção do lucro.

GONÇALVES, Solange Ledi. *Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas – 2002 a 2011*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015. 226 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/5622>>.

Vulnerabilidade à pobreza é a probabilidade, calculada no período corrente, de haver queda no nível de bem-estar das famílias em períodos posteriores. O nível observado de pobreza é uma medida *ex post* do bem-estar ou da falta dele. Já as medidas de vulnerabilidade são construídas para refletir majoritariamente as perspectivas futuras das famílias, ou seja, consistem em uma mensuração *ex ante* do bem-estar. Com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos 2002-2011, as estimações foram realizadas em seis regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife –, com a utilização dos rendimentos mensais das famílias como indicador de bem-estar. Os resultados da pesquisa

permitem observar queda da vulnerabilidade ao longo do período analisado. Essa queda é ainda mais acentuada quando rendimentos como aposentadorias, pensões, transferências, juros e aluguéis são somados à renda do trabalho. Também é possível verificar que a vulnerabilidade calculada com base na renda do trabalho está mais associada a uma situação de pobreza permanente das famílias, enquanto a vulnerabilidade estimada com a renda total tem melhor distribuição entre as categorias de pobreza. Além disso, famílias cujos chefes são homens e apresentam maior grau de escolaridade e melhor inserção em setores formais do mercado de trabalho, têm menor probabilidade de entrada na pobreza no ano seguinte. Dessa forma, os resultados sugerem que políticas públicas destinadas ao maior acesso à educação formal e ao aumento de programas de qualificação profissional são importantes para a diminuição da vulnerabilidade das famílias à pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. *Contradições dos programas de transferência de renda no campo da educação: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema?* Brasília: LiberLivro; Faculdade de Educação/UnB, 2012. 283 p.

O livro deriva da tese de doutorado da autora, que realizou a pesquisa para analisar a relação entre as políticas de transferência de renda quando vinculada à educação. Assim, Paiva buscou compreender qual o impacto da primeira sobre a segunda, considerando a evasão e a repetência escolar, em especial, e a história dos processos de exclusão na educação. Concluiu que essas políticas influenciam na diminuição das desigualdades sociais, possibilitando uma sociedade em que não haja exploração, destacando a educação como espaço essencial.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 2. ed. reimp. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. 464 p.

Clássico da literatura sobre o fracasso escolar, a primeira edição tem prefácio de Sylvia Mello (1990) e a segunda, de Jerusa Gomes. Com base no materialismo histórico e mediante uma revisão crítica da literatura, a autora analisa as causas das desigualdades educacionais na sociedade brasileira. O fracasso escolar da classe popular tem raízes históricas que são determinadas pelo contexto socioeconômico e político, no qual preconceitos e estereótipos sociais são acionados na trajetória escolar individual. Como a escola é instrumento de ascensão e de prestígio social, a autora analisa o discurso, produzido pela psicologia, que justifica as dificuldades de aprendizagem sob a ótica organicista das aptidões humanas, carregada de pressupostos racistas e elitistas. A inadequação das classes populares à escola decorre da representação negativa sobre a capacidade intelectual dos estudantes. A autora denuncia um sistema educacional eivado de obstáculos à realização de seus objetivos universais e democráticos e o discurso científico que naturaliza o fracasso.

ROMÁN CARRASCO, Marcela; MURILLO TORRECILLA, F. Javier. Políticas educativas de apoyo a escuelas de sectores pobres y de bajo logro académico en Chile: 1990-2011. *Revista de Educación*, España, número extraordinário, p. 46-66, 2012. DOI 10.4438/1988-592X-RE-2012-EXT-206.

Na primeira parte do artigo, analisam-se os programas focalizados desenvolvidos entre 1990 e 2007: Mejoramiento de la Calidad de Escuelas Básicas de Sectores Pobres (P900), Mejoramiento de la Calidad de la Educación Rural (PRural), Intercultural Bilingüe, Escuelas Críticas e Escuelas Prioritarias. A limitação desses programas está em não considerarem fatores extra-acadêmicos nem a necessidade de integrar uma política educativa pró-equidade com ações de discriminação positiva. Na segunda parte, analisa-se a atual política educativa, a Ley de Subvención Escolar Preferencial (SEP). Conclui-se que é igualmente necessário o desenvolvimento de: a) políticas e ações compensatórias e focalizadas que integrem estratégias mais amplas para a formação integral dos sujeitos; b) políticas para a cidadania democrática, com sistemas escolares que modelem e promovam processos de socialização inclusivos, solidários, tolerantes e igualitários.

SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando. *Pobreza multidimensional: a educação como fator de superação da pobreza no semiárido brasileiro*. 2016. 242 f. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19239>>.

Recorreu-se às técnicas de análise multivariada de dados para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e da situação educacional, além da utilização de medidas descritivas a fim de se obter uma análise preliminar da relação entre pobreza e educação na região semiárida brasileira, que será confirmada estatisticamente por meio da estatística "F" do teste Análise de Variância (Anova) e da técnica de regressão quantílica. Utilizaram-se dados secundários de 2010, em escala municipal, extraídos do Censo Agropecuário (2006), da Pesquisa Perfil Básico dos Municípios Brasileiros (2011) e do Censo Demográfico (2010), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os resultados revelaram que, de acordo com o IPM, o semiárido brasileiro apresenta 351 municípios classificados como mais pobres ($0,652 \leq \text{IPM} \leq 1$); 599 em nível intermediário de pobreza ($0,446 \leq \text{IPM} \leq 0,651$); e 183 municípios classificados como menos pobres ($0 \leq \text{IPM} \leq 0,444$). Os piores indicadores educacionais encontram-se no grupo dos 351 municípios mais pobres. Apenas 61,3% dos municípios do semiárido possuem plano municipal de educação, 84,1% destes possuem conselho municipal de educação e 56,8% têm fundo municipal de educação. O Índice de Gestão Municipal da Educação do semiárido, calculado por meio da agregação desses três mecanismos de gestão da educação, é de 0,527. Uma comparação entre os resultados da regressão

tradicional, estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e da regressão quantílica mostrou que é inversa a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de educação e o IPM em todos os quantis da distribuição. Concluiu-se que o principal fator de pobreza no Semiárido são as condições precárias de emprego e renda. A pesquisa mostrou que a educação é, de fato, um componente de superação da pobreza, ressaltando a importância do poder municipal e de uma visão diferenciada para a região.

Natália de Souza Duarte, doutora e pós-doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), é professora da socioeducação da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Integra o Fórum Distrital de Educação e é pesquisadora do grupo pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) na Universidade de Brasília.

nataliasduarte@gmail.com

Samuel Gabriel de Assis, bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), com especialização em Serviço Social Organizacional pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (Facibra), é Assistente Social no Instituto Federal de Brasília. Faz parte do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) na Universidade de Brasília.

samueltgassis@gmail.com